

O que fazer e o que nos é permitido esperar da ação política?

Rodrigo de Souza Dantas

I. Uma etapa histórica reacionária se seguiu à restauração do capitalismo

É verdade que no primeiro século da revolução socialista o proletariado não cumpriu até suas últimas consequências o papel revolucionário que lhe foi atribuído por Marx e pelo marxismo. É verdade que desde a Guerra do Vietnam nenhuma revolução avançou até a expropriação da burguesia. É verdade que, após a restauração do capitalismo nos países que expropriaram a burguesia, tenha recuado a percepção de que a sociedade possa ser transformada pela ação revolucionária do proletariado. É verdade que, diferentemente da época revolucionária aberta em 1917 pela Revolução Russa, a atividade política do proletariado recuou para posições eminentemente defensivas, circunscreveu-se de modo geral aos limites da luta política, parlamentar e sindical no marco das instituições burguesas e não tem mais como horizonte nem a disputa pelo poder nem a transição ao socialismo.

É verdade que as grandes organizações de massa do proletariado no século XX dirigidas pela socialdemocracia ou pelos partidos ligados à URSS levaram às últimas consequências sua trajetória histórica de integração passiva e subalterna ao sistema de poder que um dia pretenderam transformar. É verdade que, seja no governo ou na oposição, nos espaços institucionais de poder ou na direção dos sindicatos e movimentos, as direções reformistas tornaram-se um dos mais importantes instrumentos de estabilização do regime político e da ordem social existente. E é também verdade que, a despeito disso, continuam à frente da esmagadora maioria das organizações da classe trabalhadora onde elas ainda existem,

exercendo, na ausência de uma alternativa de poder, uma espécie de “hegemonia passiva” sobre a classe trabalhadora.

É verdade que em muitos países, na Ásia, no Oriente Médio e na Norte da África, após décadas de lutas revolucionárias pela independência nacional, ditaduras longamente estabelecidas dizimaram todas as organizações da classe trabalhadora com o apoio do imperialismo, abrindo assim espaço para que organizações religiosas ganhassem influência de massas na condição de únicas organizações de fato autorizadas pelo Estado a existir. É verdade que nestes países criou-se um ambiente de opressão generalizada, que se traduz no fato concreto de que a luta armada e o terrorismo tenham se tornado a única prática de resistência a uma dominação militar que se tornou intolerável. A realidade destes países nos faz ver em que medida as revoluções do século XXI não terão as mesmas características das revoluções do século XIX ou do século XX, numa época em que os meios militares e tecnológicos de que dispõe o capital colocam para o proletariado o desafio histórico de redefinir politicamente os meios e condições necessárias ao desenvolvimento bem sucedido das revoluções.

A ofensiva global do capital nas últimas décadas desequilibrou a correlação de forças entre as classes sociais antagônicas, estabelecendo uma ordem global de dominação que, pela primeira vez na história, não se acha ameaçada por nenhuma força social, política, econômica ou militar. Ao conquistar para si, agora exclusivamente, um poder suficiente para destruir a Terra centenas de vezes, o capital estabeleceu os novos termos e condições em que se estabelece a luta de classes e o sistema internacional de poder. A era das revoluções burguesas e nacionais, que se estendeu do século XVII ao século XX, chegou ao fim com a globalização do capital. A dinâmica das revoluções proletárias, camponesas e anti-imperialistas que marcaram o século XX foi brutalmente interrompida ao custo de duas grandes guerras mundiais, da ascensão do nazi-fascismo e de uma sucessão sem precedentes de guerras imperialistas e inter-imperialistas, guerras civis, golpes de estado e ditaduras militares. A derrocada desmoralizante dos regimes burocráticos que se estabeleceram na URSS, na China e no Leste Europeu encerrou o primeiro século da revolução socialista, abrindo espaço para a ofensiva do capital pela supressão de todas as barreiras e limites à sua reprodução em escala global. O capital deixou de ser um sistema em

expansão, como até o final do século XX, para tornar-se um sistema globalmente expandido e integrado, que já não pode se estender por muito mais tempo sem ter que se defrontar com seus limites físicos e estruturais. Dos anos 1980 aos 2000 abriu-se uma etapa histórica francamente reacionária, em que se consolidou a ditadura global do capital sobre todas as atividades e reprodutivas do gênero humano. Tudo isso modificou a relação de forças entre as classes, os meios pelos quais o capital exerce sua dominação e as condições objetivas e subjetivas em que se coloca o desafio histórico de ir além do capital.

II. O ocaso desmoralizante das grandes organizações de massa do proletariado no século XX

Nos últimos 30 anos, todas as grandes organizações históricas do proletariado, de tradição socialdemocrata, trabalhista, nacionalista, stalinista ou castrista, mudaram seu programa e sua política para adaptarem-se às condições criadas pelo triunfo global do capital e foram definitivamente integradas ao Estado e à sociedade capitalista. Outras foram simplesmente autodissolvidas ou reduzidas a minúsculas seitas. As poucas organizações que conseguiram sobreviver como pequenos partidos revolucionários com alguma base sindical no ambiente reacionário que se formou durante um quarto de século de refluxo na luta de classes, em geral de origem trotskista, são hoje organizações minoritárias, sem influência de massas.

Contrariamente a alguns prognósticos surgidos em meio à confusão que se seguiu imediatamente à restauração do capitalismo, a integração passiva dos partidos reformistas à ordem burguesa e a derrocada desmoralizante dos grandes aparatos ligados à burocracia soviética não abriu uma avenida nem para a construção de sólidos partidos trotskistas com real influência de massas, nem para o crescimento consistente do anarquismo, nem para o surgimento de novas organizações políticas com capacidade de dirigir a classe trabalhadora. Hoje podemos constatar que a restauração do capitalismo não significou apenas a destruição do stalinismo e a irreversível integração das organizações da classe trabalhadora à sociedade burguesa, mas também uma desmoralização sem precedentes do próprio socialismo aos olhos das massas. Na esteira da crise do socialismo e do marxismo, não foram só as organizações

históricas da classe trabalhadora que foram colocadas em xeque; as novidades históricas surgidas neste período também naufragaram miseravelmente. Os ecologistas, seus partidos verdes e suas ONGs financiadas por verbas públicas e privadas foram subalternamente integrados ao sistema do capital. Os que pretendiam mudar o mundo sem tomar o poder passaram pela história quase sem deixar vestígios. Os novos movimentos sociais, tão incensados nos anos de crise e refluxo que se seguiram à restauração do capitalismo, permaneceram limitados em sua ação política por agendas parciais e específicas; alguns deles, com base nas classes médias, assumiram a forma burocrática de organizações não governamentais que se transformaram em empresas dependentes de financiamentos do Estado, do capital e dos organismos internacionais subordinados ao imperialismo; outros, com base camponesa ou proletária, se consolidaram como movimentos sociais de questão única, que em sua trajetória histórica se revelaram incapazes de recolocar em jogo a disputa pelo poder e, em muitos casos, estabeleceram relações de dependência com os governos, os partidos e o próprio Estado.

Neste contexto, as reformas sociais e a ampliação dos direitos do conjunto da população se mostraram impossíveis sem a pressão exercida pelas revoluções que desafiaram a ordem burguesa durante o século XX, num quadro em que parte das conquistas do proletariado no passado vem sendo retiradas uma a uma. Neste período, em que o reformismo foi completamente cooptado, fagocitado e corrompido por sua integração passiva e subalterna à sociedade e ao Estado burguês, governos de coalizão entre as organizações reformistas hegemônicas no proletariado e setores da burguesia deixaram de ser a antessala de crises revolucionárias, como no século XX, para se tornarem instrumentos de uma bem sucedida estratégia de contenção das situações revolucionárias e de estabilização social da ordem burguesa, como havia ocorrido antes na Europa, e como voltou a se repetir recentemente na maioria dos países da América Latina.

De outro lado, as revoluções se mostraram incapazes de colocar em xeque a ordem global de dominação do capital, num quadro em que a relação de forças criada pelo triunfo do capital globalizado colocou limites intransponíveis às revoluções nacionais. As revoluções nacionais ocorridas neste período não chegaram a transpor os limites das revoluções políticas, quando não foram

contidas pela guerra civil, pela contrarrevolução, por todo tipo de golpes e transações políticas ou mesmo por intervenções imperialistas. Num ambiente hostil como esse, as organizações revolucionárias que conseguiram sobreviver ao completo colapso que se seguiu à restauração do capitalismo são hoje mais minoritárias do que em qualquer outra época, num quadro geral em que a hegemonia histórica do reformismo sobre a classe trabalhadora, mesmo que desgastada historicamente, ainda fornece um poderoso dique de contenção às lutas e mobilizações da classe trabalhadora em todo o mundo.

III. Uma nova etapa histórica se abre com a maior crise mundial do pós-guerra e as maiores mobilizações de massa desde a restauração do capitalismo

Essa situação reacionária, característica das três últimas décadas, marca a etapa histórica imediatamente anterior a que começa agora a se abrir desde a eclosão da maior crise econômica mundial do pós-guerra, iniciada em 2007-08 nos EUA, que propiciou a maior transferência de recursos dos Estados para a esfera da acumulação capitalista em toda a história e desencadeou em seguida as maiores mobilizações e processos revolucionários de massa desde os anos 1960-70.

A primeira grande retomada das mobilizações de massas após a restauração do capitalismo, até aqui concentrada no Norte da África, no Oriente Médio e na Europa, é qualitativamente superior a que foi marcada pelas sucessivas crises e processos revolucionários que dominaram a história da América Latina do final dos 1990 a meados dos 2000, com seu epicentro na Argentina, na Venezuela, na Bolívia e no Equador.

Naquele momento, a devastação provocada na América Latina pelas políticas neoliberais, após anos a fio de ditaduras, inflação galopante, recessão crônica e arrocho salarial permanente, desencadeou uma sucessão de crises e situações revolucionárias que retomaram, em grande estilo, as poderosas mobilizações de massa que puseram fim, nos anos 1980, ao ciclo das ditaduras militares no continente. Com sua força, elas conseguiram derrubar sucessivos governos, mas na correlação de forças desfavorável criada pela restauração do capitalismo e pela hegemonia histórica do reformismo

sobre a classe trabalhadora, nenhum desses processos foi de fato capaz de se desenvolver para além dos limites da democracia burguesa. Deles surgiram amplos governos de coalizão entre as organizações da classe trabalhadora e setores da burguesia, vitoriosos nas eleições na grande maioria dos países da região, cujos compromissos com os poderes constituídos os impediram de ir além dos estreitos limites que um programa baseado na “democratização da democracia” poderia oferecer nos marcos totalitários da ordem de dominação imperialista do capital globalizado. Em países em que a escalada da situação revolucionária chegou a desenvolver uma dinâmica de aguda polarização social entre as classes, como na Venezuela, na Argentina, na Bolívia e no Equador, a classe trabalhadora obteve conquistas mais ou menos substanciais, que, não obstante, não chegaram a colocar em xeque a ordem global de dominação do capital nem o regime da democracia burguesa; muito pelo contrário, o que de fato ocorreu nestes países foi um processo de atrelamento sistemático dos movimentos e organizações da classe trabalhadora aos governos e aos partidos no governo, favorecido pela atmosfera de polarização política com a burguesia e as classes médias, que na prática inibiu completamente a organização independente das lutas dos trabalhadores. Em outros países, como no Brasil, em que a polarização entre as classes não chegou a desencadear crises revolucionárias, a eleição de governos de coalizão entre as organizações reformistas da classe trabalhadora e a burguesia teve um caráter essencialmente preventivo: serviu para conter e amortecer a polarização entre as classes, atrelar ao governo os sindicatos e movimentos, estabilizar o regime político e dar prosseguimento às políticas neoliberais contra as quais foram eleitos. Em ambos os casos, a formação de governos de coalizão entre as organizações da classe trabalhadora e a burguesia não serviu de prelúdio para os enfrentamentos abertos entre a revolução e contrarrevolução, como no século XX, mas, pelo contrário, como vimos antes, acabou contribuindo decisivamente para que, pela primeira vez na história, a região viva um período de mais de três décadas de democracia burguesa, conduzida hoje, em muitos casos, pelas mesmas lideranças e organizações que haviam sido violentamente banidas pelas ditaduras militares que sufocaram a ferro e fogo os sucessivos processos revolucionários que sacudiram a região nos anos do pós-guerra. Resta saber como esta situação evoluirá num quadro de crise econômica mundial, desgaste crescente das

instituições da democracia burguesa, esgotamento do modelo econômico baseado na atração de capitais imperialistas, endividamento crescente, inflação em alta e desencanto geral com os governos eleitos pela classe trabalhadora, que já não conseguem mais conter como antes as greves e mobilizações de massas que começam a se dirigir contra eles, embora ainda controlem, com o apoio dos governos e da burguesia, a maioria das direções e organizações do movimento de massas.

A segunda grande retomada da mobilização de massas após a restauração do capitalismo reúne características muito diversas da primeira: ela se desenvolve em meio a maior crise econômica do pós-guerra, não se restringe a um único continente, tem seu epicentro num espaço geopoliticamente central do sistema do capital e não é mais dirigida pelas organizações reformistas, que pela primeira vez na história foram acudadas pelas massas em movimento.

No Norte da África e Oriente Médio, as grandes mobilizações de massa têm de se enfrentar com longas ditaduras apoiadas política, militar e economicamente pelo imperialismo, num quadro em que durante décadas o banimento de todas as organizações de classe do proletariado abriu espaço para que as organizações religiosas alcançassem uma influência de massas que jamais exerceram nos tempos heroicos da luta anticolonial e anti-imperialista. Numa situação como essa, o imperialismo e seus governos na região não podem apelar nem para as mediações clássicas da democracia burguesa nem para o papel de moderação e conciliação tradicionalmente exercido pelas grandes organizações reformistas; nestas condições, sem os espaços de mediação política da democracia burguesa, as situações revolucionárias na região têm desembocado na repressão militar em larga escala, como no Egito e na Palestina; na ocupação do país por tropas estrangeiras, como no Bahrein; na formação de governos burgueses de transição sem qualquer legitimidade popular e sob a pressão permanente das massas, como na Tunísia, ou mesmo de milícias formadas na guerra civil, como na Líbia; ou em sangrentas guerras civis, como na Síria e no Iraque.

Na Europa, vivemos a primeira grande onda continental de greves, protestos e mobilizações de massa desde os anos 1960 e 70, que resistem aos draconianos planos econômicos que vem sendo conduzidos a ferro e fogo pelos governos da região, a mando do FMI, do Banco Central Europeu e da União Europeia – a chamada *troika*.

Protagonizadas por uma juventude que enfrenta o desemprego, os baixos salários, o corte de verbas, empregos e serviços públicos e o desmonte do *Welfare State* em curso, as grandes mobilizações de massa na Europa, com epicentro nos países mediterrâneos e no Leste Europeu, tem se chocado não só com os governos e a União Europeia, mas também com as grandes organizações reformistas do proletariado. Essas organizações, historicamente hegemônicas no proletariado europeu, que celebraram o pacto social que presidiu a criação do *Welfare State* no pós-guerra e contribuíram decisivamente para o longo período de estabilização social, política e econômica da Europa no pós-guerra, hoje se veem, pela primeira vez, emparelhadas por uma mobilização de massas que tem a sua frente uma juventude que não aceita o rebaixamento gritante de suas condições de vida.

Estamos aqui diante da primeira expressiva modificação na correlação de forças entre as classes em muitos anos: a desestabilização de regiões geopoliticamente centrais para o imperialismo após o período de relativa estabilização propiciado pelas longas ditaduras no Oriente Médio e no Norte da África, e pelo pacto social na Europa, amparado pelos acordos celebrados entre EUA e URSS ao fim da Segunda Guerra, pelos recursos do Plano Marschall, e mais tarde, pelo pacto social europeu, viabilizado na forma do *Welfare State* pelos superlucros gerados pela expansão do capital imperialista no pós-guerra. Estamos aqui diante do primeiro grande deslocamento histórico produzido pela ação política da classe trabalhadora desde a restauração do capitalismo. Ele nos indica que podemos estar no início de uma nova etapa histórica, de signo diametralmente oposto à etapa reacionária que se estendeu dos anos 1980 aos 2000, em que a necessidade cada vez mais concreta de transformar o mundo colide frontalmente não só com a impossibilidade de fazê-lo por dentro das instituições existentes, mas com as dificuldades de novo tipo que se impõem à classe trabalhadora numa época em que a globalização do capital já não pode mais ser confrontada nacionalmente, exigindo, mais do que em qualquer época, a urgente mundialização das lutas, das organizações e da estratégia política da classe trabalhadora.

IV. A crise das instituições burguesas e das organizações históricas da classe trabalhadora

As sucessivas derrotas que deram fim a situação revolucionária mundial dos anos 1960-70, os longos períodos de ditadura militar nos países do Terceiro Mundo, a desmoralizante restauração do capitalismo nos anos 1980, a ofensiva global do capital e de suas políticas privatistas e neoliberais desde os anos 1990, as três décadas a fio de refluxo das lutas e mobilizações de massa, nada disso foi vivido pelas novas gerações que estão nas ruas. Em geral, elas não conhecem essa história. Podemos dizer que não lhes foi confiada a memória viva do que aconteceu entre nós. Estamos diante de um corte geracional que foi produzido tanto pela força silenciadora e opressiva do que Benjamin chama a “história dos vencedores” como pelo silêncio envergonhado dos vencidos, que em muitos casos transformou-se em adesão desenvergonhada aos vencedores.

Tudo isso afeta o terreno em que se trava a luta de classes. As novas gerações que tomaram as ruas e praças do mundo nas maiores mobilizações de massa desde os anos 1960 e 70 o fizeram depois de um longo hiato na história das revoluções e mobilizações de massa da classe trabalhadora. Elas só conheceram as organizações históricas da classe trabalhadora no século XX quando elas já tinham sido completamente burocratizadas e irreversivelmente integradas à sociedade, ao Estado e aos governos burgueses. Elas desde sempre conheceram a maior parte das organizações e instituições da sociedade burguesa como espaços em que avança a olhos vistos o processo degradante de mafialização da vida social. Daí nasce seu rechaço difuso e generalizado a todas as instituições do Estado e da democracia burguesa, corrompidas por sua subordinação ao poder econômico e brutalizadas por seu caráter cada vez mais claramente repressivo. Daí nasce também a desconfiança e o rechaço que tanto os partidos como os sindicatos suscitam aos olhos das massas e das novas vanguardas que surgem das lutas, vistas como cúmplices e sócias menores de um sistema de poder que lhes causa a mais profunda indignação e lhes inspira a vontade de lutar contra “tudo o que aí está”. Desconfiança que muitas vezes se estende indiscriminadamente às organizações revolucionárias, à ideia da revolução e do socialismo e às próprias bandeiras vermelhas, todas elas associadas às ditaduras burocráticas que falaram em seu nome

durante a maior parte do século XX. Daí nasce também o que deveríamos ser capazes de reconhecer como o ovo da serpente em nossa época: a suspeita essencialmente individualista em relação à necessidade histórica e à própria prática política de organizar-se coletivamente.

Neste ambiente, viceja a simpatia das novas gerações por posições políticas inspiradas no anarquismo e no autonomismo e sua propensão a ações diretas exemplarmente espetaculares, sem qualquer organização ou programa político e sem qualquer apoio ou ligação com as massas. As táticas empregadas por estes grupos não estão subordinadas a nenhuma estratégia política e por isso só podem ser julgadas por seus efeitos, que se mostram mais desmobilizadores do que qualquer outra tática já empregada na luta de classes. A recorrência deste tipo de ação política é o sintoma mais eloquente de um mundo dominado pela violência econômica, militar e midiática, pela competitividade fratricida e pelos crônicos processos de mafialização da vida social. De outro lado, como reverso da mesma moeda, em países sob o jugo de longas ditaduras ou sob a ocupação militar do imperialismo, em que a resistência política não pode se expressar senão por meio de ações militares assimétricas, assistimos ao crescimento da influência de massas dos diversos partidos-exército que há décadas funcionam no mundo árabe como organizações militares organizadas em torno da lua armada e da prática do terrorismo. Ambos os fenômenos são correlatos; ambos devem ser vistos como expressões sintomáticas do processo de fechamento totalitário do universo político, que se manifesta na subordinação dos Estados, dos governos e das instituições da sociedade burguesa ao poder corruptor do capital e na mais feroz repressão militar com que se deparam os movimentos.

Diante deste quadro, podemos dizer que tornou-se dolorosamente óbvia a impossibilidade concreta de confrontar a ordem de dominação do capital por dentro das instituições carcomidas da sociedade burguesa. Mas à necessidade concreta da revolução faltam-lhe ainda os meios objetivos e as condições subjetivas. Somos nós mesmos que teremos de inventá-los. Mas para **saber o que fazer**, é preciso antes de tudo **saber o que nos é permitido esperar**.

Se a desconfiança e o rechaço cada vez mais generalizados diante do Estado, das organizações políticas e das instituições da sociedade burguesa se explicam e se justificam por tudo o que aí está, deveríamos ser capazes de reconhecer que estamos diante de um fenômeno politicamente ambíguo e contraditório.

De um lado, como argumentamos antes, podemos considera-lo como fenômeno social que reflete o desgaste histórico, político e moral das instituições basilares da sociedade e do Estado burguês e desautoriza definitivamente as ilusões longamente nutridas e amargamente frustradas em torno da viabilidade de ações políticas transformadoras que se circunscrevem aos limites da ordem existente. Mas não só isso. Como vimos, a desconfiança e o rechaço das ruas se estendem também às grandes organizações históricas do proletariado, que vêm cumprindo há décadas um papel decisivo na contenção, desmoralização e desmobilização das lutas, na aplicação das políticas neoliberais e na sustentação incondicional do regime e da sociedade que um dia pretenderam transformar; desconfiança que acabou alcançando também as organizações revolucionárias que sobreviveram ao colapso dos anos 1990, que ou são débeis demais para as imensas tarefas que colocam para si mesmas e para as massas, ou cumprem um papel insignificante, essencialmente sectário, vanguardista e autoproclamatório, ou vivem como se nada tivesse acontecido no mundo desde a restauração do capitalismo, quando não cumprem todos estes papéis de uma só vez, o que apenas as isolam das massas que pretendem representar. Estamos assim diante de um rechaço que se estende do Estado e das instituições da sociedade burguesa às organizações políticas, sociais e sindicais que até aqui tiveram a responsabilidade histórica de dirigir a classe trabalhadora e, na grande maioria dos casos, quando não capitularam vergonhosamente, ou quando não foram dizimadas e destruídas, foram devidamente cooptadas e integradas ao sistema de poder que um dia pretenderam destruir. Rechaço amplo, geral e irrestrito, que prenuncia a agonia fatal do velho mundo sem que tenham se insinuado no horizonte os sinais seguros de que um novo mundo pode nascer das ruínas do que aí está.

Numa situação como essa, a desconfiança, a repulsa e a revolta generalizada podem se tornar um fenômeno regressivo e politicamente perigoso, na medida em que coloca em xeque, mais do que as instituições do Estado, do proletariado ou da sociedade

burguesa, a própria ideia de organização, a própria necessidade de organizar-se, assim como a disciplina e o centralismo que se fazem necessários em qualquer organização que se proponha a enfrentar de fato a ordem global de dominação do capital. Essa atitude, mais ou menos generalizada e difusa entre a juventude, sobretudo no Ocidente, só serve para desarmar politicamente o proletariado; só serve para deixa-lo desorganizado e desprovido de seus instrumentos mais essenciais de autodefesa; só serve para que suas opções políticas continuem restritas a um quadro em que as variantes mais recorrentes poderiam ser resumidas ao providencial surgimento farsesco das velhas lideranças carismáticas, messiânicas e caudilhescas; ao crescimento da influência de massas de organizações nacionalistas, fascistas, religiosas ou fundamentalistas; ao inútil desespero das ações violentas isoladas das massas; ou à adesão cada vez mais desalentada à decadente sobrevida das direções reformistas, que ainda continuam à frente de governos e das organizações da classe trabalhadora não porque tenham mantido seu prestígio, sua autoridade e sua influência de massas, mas simplesmente porque, numa atmosfera hostil à própria prática de organizar-se, não se podem produzir alternativas reais de poder capazes de desafiar sua hegemonia histórica sobre a classe trabalhadora.

A desconfiança em relação às organizações e ao ato de organizar-se comumente se baseia numa ligação mecânica entre associativismo e burocratismo, como se qualquer organização social ou política já trouxesse, necessariamente, em sua própria natureza, os germes de sua inevitável burocratização; ou como se a luta pelo poder devesse ser evitada justamente por trazer consigo os germes do inevitável processo de burocratização. Mas por trás da negação da necessidade concreta da organização, da disciplina e do centralismo na luta de classes se acha sempre o abstencionismo da renúncia deliberada à luta pelo poder, que desarma politicamente o proletariado e confina sua ação aos limites das lutas de resistência, das lutas parciais, segmentadas, mais ou menos episódicas, que se limitam sempre à defesa mais ou menos ineficaz das posições conquistadas na luta de classes numa época em que a conquista das reformas sociais pela classe trabalhadora foi tributária da luta revolucionária pelo poder, que obrigou a burguesia a fazer todas as concessões que teve de fazer à classe trabalhadora no século XX. Sem organização, sem direção, sem disciplina, sem centralismo na ação, sem programa, sem

projeto e sem estratégia política nunca será possível ir a lugar algum. A luta pelo poder, por sua natureza, exige formas centralizadas e disciplinadas de organização. Sem elas não é possível enfrentar organizações centralizadas como o Estado, as forças armadas, o imperialismo e a burguesia, equipadas com os mais poderosos recursos bélicos, midiáticos, num ambiente em que prospera a corrupção institucionalizada, a escalada da violência estatal e o processo de “mafialização” crescente do Estado e da sociedade.

É verdade que as organizações centralizadas, na medida em que se constituem para a luta pelo poder, se assemelham inevitavelmente ao Estado. Esse é o caso dos partidos-exércitos e dos partidos-estados que historicamente dirigiram a classe trabalhadora no século XX e formaram sempre a direção e a coluna vertebral dos movimentos de massa. Estamos aqui diante de uma dificuldade estrategicamente central que se impõe a todas as revoluções socialistas: ela diz respeito à natureza das relações entre o Estado e a revolução. De um lado, a conquista do poder do Estado, primeiro passo imprescindível de qualquer processo revolucionário em qualquer época, exige que se formem organizações tão centralizadas e disciplinadas como são os próprios Estados; de outro, o objetivo estratégico das revoluções sociais exige a gradual dissolução do Estado e sua substituição por organismos de poder socialmente auto-mediados, sob o regime da mais ampla democracia operária, construídos, integrados e dirigidos diretamente pela população organizada em seus locais de trabalho, estudo e moradia. Temos aqui uma contradição prática, que a história não foi capaz de resolver até aqui. Em todas as revoluções, a necessária dissolução do Estado sempre foi bloqueada pelas necessidades, desafios e tarefas concretas que se impuseram aos revolucionários diante da resistência oferecida pelas classes possuidoras, seja na forma da guerra civil, da intervenção imperialista ou do emprego indiscriminado dos mais destrutivos meios contrarrevolucionários para sabotar, isolar e destruir a revolução. Em todos estes casos, o triunfo da revolução coloca a necessidade de empregar o poder centralizado e a violência estatal organizada para esmagar a resistência contrarrevolucionária. O Estado, que idealmente deveria caminhar na direção de sua própria autodissolução, se vê assim obrigado a reforçar todas as medidas de centralização, controle e vigilância para fazer face à contrarrevolução, numa atmosfera de guerra civil que sufoca todas as possíveis iniciativas de

descentralização e democratização do Estado e da sociedade. É neste ambiente que puderam prosperar todas as burocracias que falaram em nome do socialismo e da revolução naquele que foi até aqui o século mais revolucionário da história. Já conhecemos essa história, que se repetiu ao longo do século XX em todas as revoluções vitoriosas e sempre teve como seu desfecho a burocratização e centralização do poder em todos os Estados e sociedades pós-revolucionárias até aqui. Conhecê-las é o primeiro passo para não repeti-las – e mais do que isso, o primeiro passo para reconhecer a necessidade de elevar a centralidade estratégica da democracia operária e de seus organismos de massa à condição de princípio político que deve se tornar inegociável para todos os revolucionários do século XXI.

V. Os impasses, limites e desafios colocados pelas grandes mobilizações de massa dos últimos anos.

Em meio a todos estes impasses, uma das grandes dificuldades com que nos deparamos na luta de classes é que a necessidade concreta de organização, disciplina e centralismo na ação política colide não só com as divisões históricas existentes no movimento de massas, não só com as dificuldades colocadas pela hegemonia do reformismo sobre as organizações da classe trabalhadora e as consideráveis pressões que a burguesia e seu Estado exercem sobre elas, mas tem ainda de superar o individualismo reinante na sociedade burguesa e a forma como seus valores e práticas se infiltram insidiosamente na juventude, nas classes médias e no proletariado. É esse individualismo, impregnado na cultura de nosso tempo, um dos maiores obstáculos que hoje se impõem ao desenvolvimento consequente de qualquer ação política coletiva e de massas. Em suas relações dialéticas com o processo de burocratização, a penetração mais ou menos sutil, insidiosa e imperceptível do individualismo burguês e de seu vasto repertório de práticas opressivas no seio das organizações da classe trabalhadora exige uma contraofensiva moral e política permanente, capaz de zelar pela integridade das organizações e da moral revolucionária diante das poderosas pressões que são cotidianamente exercidas pela moral burguesa.

É esse mesmo individualismo que se reflete na desconfiança generalizada em face de todas as organizações, que tem criado uma atmosfera extremamente desfavorável ao desenvolvimento consequente de uma política revolucionária capaz de adquirir influência de massas. Neste contexto, o máximo que se pôde fazer até aqui na nova situação mundial são grandes demonstrações de massa, convocadas mais ou menos espontaneamente pelas redes sociais, que até aqui se limitaram a expressar a insatisfação e a indignação geral da população, sem imprimir-lhe a forma organizada e coerente de qualquer projeto, programa ou estratégia política que coloque para si o desafio histórico de enfrentar, até suas últimas consequências, a ordem global do capital.

Após décadas de refluxo das lutas de massa, todas as correntes políticas, da esquerda à direita, foram surpreendidas pelas mobilizações que se alastraram no mundo desde 2009: da Grécia ao Egito, da Tunísia à Síria, da Espanha ao Chile, de Portugal ao Brasil, em dezenas de países as pessoas ocuparam as ruas e praças do mundo para expressar sua indignação. Elas trouxeram às ruas as mais contraditórias demandas, protestos e reivindicações, apresentadas pelos mais variados e heterogêneos grupos sociais. Nos momentos de pico, em que as manifestações chegaram a concentrar mais de 500 mil ou um milhão de pessoas, como no Rio ou em São Paulo, nas ruas se encontraram grupos nazistas, bandos fascistas infiltrados pela direita, anarquistas e autonomistas de todos os tipos, liberais, centristas, conservadores, reacionários, religiosos de todos os credos organizados em igrejas de todos os tipos, organizações revolucionárias, centristas, reformistas e anticapitalistas, grupos, “tribos” e coletivos de toda espécie, jovens da classe média, mas também jovens da periferia e da favela, torcidas organizadas, punks, carecas, geração hip-hop, black blocs, gangues, policiais infiltrados e uma multidão de pessoas em clima de celebração “cívica”, desorganizadas e desarmadas politicamente, cantando entusiasticamente o hino nacional, vestindo camisas e agitando bandeiras do Brasil como na Copa do Mundo, muitas das quais jamais haviam sequer cogitado participar de uma manifestação política na vida. Da extrema direita à extrema esquerda se formou, em grande parte das maiores mobilizações de massa que se estenderam por todo o mundo, um grande mosaico caótico de tudo o que existe hoje na sociedade. Diante de nós, a multiplicidade confusa e contraditória de uma sociedade em crise manifestou sua insatisfação

e indignação generalizada, mas evidenciou ao mesmo tempo a gritante ausência e a urgência premente de uma alternativa política realmente capaz de fazer face ao domínio global do capital, assim como as imensas dificuldades que se colocam para sua construção. Neste ambiente caótico, as grandes manifestações de massa não amadureceram nem se desenvolveram até o ponto de se transformarem em revoluções, como no século XX. Até aqui não passaram de rebeliões de massa, sem direção, sem organização, sem política, sem estratégia, sem horizonte. Permaneceram como processos inconclusos, mas que continuam vivos, agindo nos subterrâneos da sociedade, prontos a irromperem a qualquer momento. Deles nos restou uma certa certeza: o que é velho está condenado a morrer, mas continuará aí onde está enquanto o que é novo não puder acabar de nascer.

Por ora, estamos todos inquietos com o estado de emergência repressiva que foi instalado pelo Estado. Após a conquista dos direitos democráticos ter sido obtida por meio das grandes revoluções políticas dos séculos XIX e XX, com o sacrifício das gerações que pagaram com suas vidas a conquista dos direitos sociais e democráticos mais elementares, a repressão militar, a criminalização das lutas sociais e a vigilância contínua do Estado se tornaram a prática corrente no tipo de “democracia burguesa” que materializa entre nós sob o domínio global do capital imperialista. As grandes mobilizações de massa dos últimos anos foram duramente reprimidas e esmagadas, como se estivéssemos em tempos de ditadura. A repressão policial, as ações violentas de pequenos grupos organizados, as infiltrações organizadas de bandos fascistas, a própria heterogeneidade dos grupos sociais presentes, tudo isso formou uma situação caótica nas ruas, sem direção nem organização, que tem permitindo que a mídia burguesa retrate as manifestações como espaços de proliferação indiscriminada da violência a fim de justificar a escalada da repressão policial, as medidas de exceção e a criminalização dos movimentos e dos partidos de esquerda. Seu objetivo obviamente fascista é intimidar as pessoas e dissuadi-las de sair às ruas, utilizando a força bruta do Estado e os inúmeros artifícios midiáticos para jogar o conjunto da população contra as manifestações, estigmatizando-as como atos que desaguam em desordem, baderna e vandalismo, sem qualquer projeto político que possa ser identificado. Nesta atmosfera, as grandes mobilizações de massa adquirem o aspecto caótico de rebeliões populares que

dificilmente podem se desenvolver até o ponto de se transformarem em revoluções. Neste ambiente, a desorganização e a falta de direção, de política, de programa e de estratégia, mais do que fatos concretos, são consideradas muitas vezes como virtudes a serem preservadas, celebradas e cultivadas – e que não raro se voltam violentamente contra as organizações construídas historicamente pelo proletariado, como em junho de 2013 no Brasil, quando a direita se organizou para se infiltrar nas mobilizações de massa e insuflar o sentimento de rechaço generalizado contra os partidos a fim de dirigi-lo, indiscriminadamente, contra todos os partidos, movimentos e organizações de esquerda. A violência policial continua a ser sistematicamente empregada para reprimir e atacar brutalmente todas as manifestações. As greves que se sucedem têm sido confrontadas com as mais duras medidas, num ambiente em que a atmosfera de polarização social cresce por toda parte. Neste cenário, as ruas foram se esvaziando gradualmente em todas as cidades do país, até que nelas permanecessem, diante da repressão policial mais selvagem, apenas os partidos e grupos organizados da esquerda, aos quais se misturam a indesejada presença mascarada dos *black blocs*, sempre facilmente infiltrados por agentes policiais, cujo único objetivo tangível parece ser a destruição indiscriminada de tudo o que estiver à sua frente e a busca permanente do confronto com a polícia.

Neste quadro, o crescimento difuso da audiência do anarquismo apenas serve para inibir o desenvolvimento consequente de qualquer ação política que possa ir além das rebeliões de massas, que sem terem seu firme ponto de apoio nas grandes organizações de massa da classe trabalhadora tem servido apenas para abrir o caminho para a repressão e a criminalização dos movimentos da classe trabalhadora e da juventude. Temos todas as razões para estarmos inquietos. A história nos ensina que quando a esquerda não consegue dirigir a insatisfação generalizada das massas, os movimentos de tipo fascista acabam por encontrar nesta atmosfera as condições ideais para o crescimento de sua influência, como já vem ocorrendo na Europa. Se este crescimento for o preço a se pagar pela manutenção da ordem, a história de países como a Alemanha ou a Itália não nos deixa dúvidas de que a burguesia não se veria constrangida caso tivesse de apoiá-los na falta de alternativas para conservar suas posições de poder.

Sem qualquer alternativa de poder que possa ser imediatamente desenvolvida numa atmosfera politicamente tão adversa, as organizações reformistas, a despeito de seu desgaste histórico, acabam por se beneficiar do vácuo político criado em sua disputa eleitoral com a burguesia. Neste ambiente, em que falta ao movimento de massas direções e organizações publicamente reconhecidas e com autoridade política que sejam de fato independentes dos esquemas de poder existentes, torna-se compreensível que as organizações reformistas continuem a capitalizar o sentimento de insatisfação generalizada nas eleições. Se essas organizações exerceram historicamente o papel de desaguadouro institucional para o inconformismo com “tudo o que aí está”, na medida em que confinaram suas ações políticas aos limites do sistema de poder o que podemos hoje constatar é que seus governos têm servido, sobretudo, para que as pessoas se conformem com os limites da política, como se eles fossem objetivamente determinados pelos limites do Estado e da sociedade burguesa, e não pelos limites mais ou menos elásticos que lhe são conferidos pela ação das massas organizadas na luta de classes.

VI. Os limites estruturais das formas organizativas historicamente existentes na classe trabalhadora

As condições concretas de existência das organizações da classe trabalhadora na sociedade burguesa são contraditórias. Deixando de lado as situações em que a organização dos trabalhadores é proibida pelo Estado, ou a estrutura sindical de representação da classe trabalhadora é totalitariamente dirigida pelo Estado (como na China de hoje, ou no Brasil de Getúlio), as organizações da classe trabalhadora constituídas no regime da democracia burguesa são organizações por ela construídas para a defesa coletiva das condições de sua existência. É isso o que diferencia a democracia burguesa das ditaduras: o fato de que nela os trabalhadores conquistaram o direito de se organizarem em sindicatos, partidos e movimentos; ou pelo menos, conquistaram este direito até o ponto em que suas organizações se limitem a cumprir estritamente o papel mediador que lhes foi destinado na democracia burguesa: o de serem os órgãos de mediação entre as classes antagônicas, pelos quais a classe

trabalhadora, por meio de suas representações, tem o direito de encaminhar suas demandas e reivindicações aos poderes constituídos.

A democracia burguesa, do ponto de vista da própria burguesia, é um regime mais estável do que as ditaduras, justamente por ser baseado na mediação entre as classes, que se realiza por meio da sinuosa dialética entre coerção e consentimento, e não pela simples imposição unilateral da força bruta. Mas para que a democracia burguesa seja possível, é preciso que os sindicatos, as centrais sindicais, os partidos e os movimentos sociais exerçam o papel político que são chamados a exercer neste regime: o de mediar pacífica e “consensualmente”, nos termos da lei e do Estado de direito, os interesses contraditórios das classes antagonônicas, evitando que as lutas e mobilizações dos trabalhadores ultrapassem estes limites a ponto de perturbar a funcionamento da economia e colocar em xeque a própria ordem constituída.

Isso não quer dizer que a classe trabalhadora ou os organismos da classe trabalhadora estejam sempre prontos e dispostos a cumprir o papel singular de mediadores de sua própria subalternidade. De fato, quando a atividade política da classe trabalhadora já não pode ser contida nos limites da ordem existente e passa a representar uma ameaça ao Estado e à sociedade burguesa, o que costuma se seguir a isso são golpes militares e ditaduras contrarrevolucionárias, organizadas pelo Estado, pela burguesia e pelas forças armadas com apoio do imperialismo para destruir as organizações da classe trabalhadora, esmagar seus ativistas e suprimir dos trabalhadores o direito à sua livre organização. Na prática, isso significa que a classe trabalhadora não tem o direito incondicional de se organizar, ou só tem este direito na medida em que suas organizações se restrinjam ao papel moderador e conciliatório que lhe é prescrito pelas leis e instituições do Estado e da sociedade burguesa. Sob estas condições, não é de se admirar que sejam fortíssimas as pressões continuamente exercidas pelo Estado e pela burguesia sobre as organizações da classe trabalhadora na democracia burguesa; afinal, ou elas se tornam órgãos mediadores da pacificação social e da conciliação de classes, ou estão condenadas a serem violentamente proscritas pela ação repressiva do Estado. É assim que funciona, em sua dinâmica geral, a dialética entre a coerção e o consentimento; se de fato quiserem fugir a este círculo vicioso, os trabalhadores terão de

se mostrar capazes de conduzir até o fim uma revolução social vitoriosa.

Esta situação contraditória impõe a necessidade de um breve exame crítico do modo como as fortes pressões exercidas pelo Estado e pela burguesia incidem decisivamente sobre as organizações da classe trabalhadora ao circunscreverem sua ação aos limites prescritos por sua existência nos marcos políticos, jurídicos e econômicos da sociedade burguesa. O que este exame nos revelará é a própria estrutura essencialmente burguesa que sempre assumem as organizações da classe trabalhadora quando elas mesmas internalizam as funções que se espera que elas exerçam na democracia burguesa. Em outras palavras, trata-se aqui de analisar o que acontece às organizações da classe trabalhadora quando elas se tornam órgãos de mediação social, política, jurídica, econômica e ideológica dos antagonismos inerentes à própria estrutura da sociedade burguesa.

Os Sindicatos

Os sindicatos, do ponto de vista da burguesia, são estruturas de mediação e conciliação entre os interesses das classes antagonicas na sociedade burguesa; do ponto de vista da classe trabalhadora, são estruturas imprescindíveis de sua própria auto-defesa na luta de classes. Os sindicatos exercem, portanto, uma dupla função: são ao mesmo tempo instrumentos de luta da classe trabalhadora e órgãos de mediação pelos quais a subordinação estrutural do trabalho ao capital pode encontrar as condições políticas e jurídicas de mediação pacífica, legal e pretensamente consensual das relações entre capital e trabalho.

Como estruturas essenciais de auto-defesa da classe trabalhadora construídas pela própria classe trabalhadora, a função central dos sindicatos é a defesa dos salários, dos direitos e das condições de vida das categorias profissionais em que se segmenta a classe trabalhadora nos marcos da divisão social do trabalho alienado. Sua função, mesmo quando é considerada do ponto de vista dos trabalhadores, já pressupõe em si mesma a subordinação estrutural do trabalho assalariado ao capital. Essa subordinação se expressa na estrutura fragmentada da organização sindical, que resulta diretamente do processo de estratificação da classe trabalhadora nos diversos países, regiões, categorias profissionais e locais de trabalho, imposto pela forma como se organiza a divisão do trabalho assalariado no

modo de produção capitalista. É neste sentido que os sindicatos não são propriamente organizações de *toda* a classe trabalhadora, mas organizações particulares das diversas partes em que a divisão do trabalho separa, atomiza e fragmenta a classe trabalhadora. A segmentação sindical do proletariado, ao favorecer a atuação separada e particularizada dos diversos organismos de classe trabalhadora, na prática dificulta a unificação concreta, na forma de uma luta comum, das múltiplas e variadas lutas parciais que travam os estratos em que se divide o proletariado. Neste contexto, a própria história demonstra em que medida as determinações estruturais que definem as próprias condições de existência dos sindicatos favorecem objetivamente a hegemonia historicamente exercida pelas correntes reformistas nos sindicatos; e reciprocamente, como a hegemonia reformista contribui para que os sindicatos sejam integrados à democracia burguesa como instituições juridicamente reconhecidas pelo Estado, que tem como papel precípua mediar, nos termos da lei, as relações socialmente antagônicas entre capital e trabalho assalariado.

A própria lógica do reformismo contribuiu historicamente para sedimentar a divisão do trabalho no movimento proletário, separando seu braço sindical de seu braço político. Aos sindicatos caberia a defesa dos salários, dos direitos e das condições de vida da classe trabalhadora nos marcos da lei, do Estado e da subordinação estrutural do trabalho assalariado ao capital. Aos partidos caberia a representação política da classe trabalhadora nos parlamentos, nos governos e nos espaços institucionais do Estado. Essa divisão, ao subordinar os sindicatos e suas direções aos interesses políticos e eleitorais que norteiam a atuação dos partidos reformistas, subordina tanto os sindicatos como os partidos aos limites da luta institucional nos marcos do direito, da economia e do Estado burguês, deixando intactas as relações sociais que de fato asseguram a dominação do capital sobre o trabalho assalariado e colocando como objetivo politicamente estratégico da classe trabalhadora a gradativa acumulação de forças necessária à ocupação de espaços institucionais de poder, que deve levar no seu devido tempo à conquista política do Estado burguês pelo partido reformista. Desde o sucesso do Partido Socialdemocrata Alemão esta experiência repetiu-se diversas vezes, e mais recentemente também em países como o Brasil, com o PT.

Ademais, o papel central exercido pelos sindicatos na direção política da classe trabalhadora e na própria determinação do

preço da força de trabalho concentra nas mãos de suas direções um enorme poder. A maior ou menor capacidade de organização e mobilização sindical, a maior ou menor capacidade de luta e radicalização política das categorias de trabalhadores, o maior ou menor preço da força de trabalho dependem muito da forma como são conduzidos os sindicatos por suas direções. Neste contexto, o poder e os privilégios de que usufruem os dirigentes sindicais os tornam suscetíveis a toda sorte de pressões exercidas pela patronal, pelos governos ou pelos interesses político-eleitorais dos partidos reformistas a que comumente pertencem as direções sindicais. A grande visibilidade e notoriedade pública adquirida pelos dirigentes sindicais costumam habilitá-los a obter mandatos parlamentares – e muitas vezes a maior parte dos quadros recrutados pelos partidos reformistas para a disputa das eleições tem sua origem nas direções sindicais. Some-se ainda a tudo isso a profissionalização das direções sindicais, que a pretexto de conceder aos dirigentes a estabilidade no emprego e uma maior disponibilidade de tempo para dedicar-se às atividades sindicais, acaba tendo como resultado, mais do que o afastamento dos dirigentes sindicais dos locais de trabalho e do cotidiano da categoria, a centralização e concentração de poder nas mãos de uns poucos dirigentes, que costumam se mostrar dispostos a golpes, fraudes e manobras de todo tipo, com a cumplicidade dos poderes constituídos, para perpetuar-se no poder e não abrir mão dos privilégios que usufruem. Todos estes fenômenos contribuem decisivamente para o processo de burocratização dos sindicatos e de centralização do poder nos dirigentes sindicais – sobretudo quando existe repressão nos locais de trabalho, a categoria é muito numerosa e dispersa geograficamente e, como sempre ocorre, quando o cotidiano dos trabalhadores não lhes concede o tempo nem a disponibilidade nem o interesse nem a energia necessárias para que participem do dia a dia dos sindicatos. Neste contexto, a burocratização sindical se torna um fenômeno que, em meio às fortes pressões exercidas pela patronal e pelo Estado, pode facilmente evoluir para seu estágio mais avançado, que se materializa na metástase política que é representada pela corrupção e pela mafialização crônica de grande parte das direções sindicais, que apenas aprofunda-se quando a estrutura sindical se acha politicamente atrelada ao Estado, aos governos ou aos partidos reformistas definitivamente adaptados ao processo de mafialização da vida social.

Tudo o que foi dito até aqui ilustra as enormes dificuldades que são enfrentadas pelas organizações revolucionárias que atuam na base do proletariado para conquistar a direção dos sindicatos, e uma vez conquistadas, para mantê-las por muito tempo sem que elas mesmas sejam diretamente afetadas pelos processos de burocratização. De outro lado, a integração passiva e subalterna das organizações da classe trabalhadora ao Estado e à sociedade burguesa não se dá apenas pela via de sua participação no parlamento, nos governos e nos diversos espaços de poder da sociedade burguesa; ela se dá também pela via da burocratização sindical, fenômeno que domina hoje a maior parte da estrutura sindical em todos os países em que a classe trabalhadora logrou conquistar as liberdades democráticas que lhe permitem organizar-se sindicalmente. Isso não quer dizer que os revolucionários devam abandonar os sindicatos, ou construir seus próprios sindicatos, como sectariamente pretendia a oposição de esquerda constituída nos primeiros da III Internacional. Isso apenas serviria para levar os partidos revolucionários ao mais completo isolamento político. Hoje estamos vivendo o início de um processo de reorganização sindical em vários países importantes, inclusive no Brasil, impulsionado por greves “selvagens” e amplas rebeliões de base contra as direções sindicais burocratizadas e atreladas ao governo, à patronal, aos partidos governistas e às organizações reformistas. Os revolucionários, como elemento consciente, organizado e disciplinado, são parte fundamental deste processo, em que se coloca em jogo a retomada do controle democrático dos sindicatos pela classe trabalhadora. Sua atuação consequente nas greves, nas lutas e mobilizações da classe trabalhadora, ao se chocar sempre com os freios de contenção impostos pelas direções reformistas, se mostra hoje essencial para que os sindicatos possam voltar a cumprir o papel de “escola da luta de classes” que lhes foi atribuído por Lenin.

Os Partidos Políticos

Os partidos são formas de organização política características da sociedade burguesa, cuja atuação tem como seu objetivo precípua a disputa pelo poder político do Estado. Foi assim desde o momento em que o absolutismo monárquico foi refreado em seu poder despótico pela criação do parlamento, instituição

característica da sociedade burguesa, responsável pela produção das leis e a definição das diretrizes políticas e jurídicas que devem reger a sociedade e o Estado. Num primeiro momento, a luta pelo poder político se travou entre partidos que representavam a aristocracia fundiária e partidos representantes da burguesia ascendente, ficando excluídos do direito de votar e ser votado todos os não proprietários: mulheres, servos, escravos, artesãos e camponeses, a classe trabalhadora e uma grande parte da pequena burguesia proprietária e das classes médias; num segundo momento, a pequena burguesia e as classes médias urbanas conquistaram o direito de voto; apenas no século XX, com a conquista do sufrágio universal na maioria dos países, este direito foi por fim estendido às mulheres e à classe trabalhadora em geral. O direito de votar e ser votado, reunir-se publicamente, formar sindicatos e associações de todo tipo, participar do parlamento e se organizar em partidos foi uma das primeiras reivindicações políticas do proletariado organizado. Ao lado das legislações operárias e das leis trabalhistas, estas foram as primeiras grandes conquistas democráticas do proletariado na sociedade burguesa e é graças a elas que existe o que conhecemos historicamente como a sociedade burguesa. O fato concreto de que temos de partir aqui é que desde o início da história moderna as classes e as frações de classe que compõem a sociedade burguesa se organizam em partidos políticos para a disputa pelo poder; e muitas vezes cada classe ou cada fração de classe se dividiu e construiu diversos partidos para representar seus interesses contraditórios. A existência dos partidos políticos já expressa por si mesma a existência de interesses contraditórios e antagônicos no seio da sociedade burguesa. Não foram os partidos que criaram estes antagonismos: eles são apenas os veículos por meio dos quais as classes e as frações de classe se organizam politicamente para defender seus interesses de classe e travar a luta política e institucional pela conquista do governo e do poder de Estado.

O que modifica essa situação em nossa época é o fato de que os Estados, os governos e as diversas classes e frações de classe de que se compõe a sociedade burguesa não representam mais projetos distintos, contraditórios e antagônicos; de uma forma ou de outra, Estados, governos e classes foram estruturalmente subordinados, ativa ou passivamente, aos imperativos globais do processo de reprodução do capital. Com isso, a disputa histórica por projetos antagônicos de

sociedade cedeu seu lugar às disputas de poder internas à própria sociedade burguesa, travadas por interesses de classes ou frações de classes que passaram a se definir exclusivamente nos termos e no próprio interior do processo pelo qual a lógica global do capital subordinou a si todas as atividades produtivas e reprodutivas da vida social do gênero humano. Nestes marcos, a disputa pelo poder passou a se definir como disputa entre grupos patrimonialistas que se organizam como partidos dirigidos à disputa por espaços institucionais de poder e pela conquista do Estado. Como a disputa pelo poder pressupõe ampla base social de apoio, o que os partidos fazem hoje é buscar conquistar para si a representação dos interesses particulares dos grupos organizados (empresas, movimentos e associações de todo tipo, igrejas, etc.), independentemente da classe ou da fração de classe que possam representar, até porque muitos destes grupos se organizam não a partir de sua classe, mas a partir de uma série de outras lealdades, filiações, associações e relações de compadrio e clientela que passam ao largo da divisão da sociedade em classes antagônicas. Na medida em que os partidos políticos eleitorais e institucionais são definidos hoje por estas características estruturais, que subordinam todos eles às regras do jogo que se definem nos marcos da concorrência capitalista e da disputa por espaços de poder no interior do Estado e da sociedade capitalista, podemos dizer que todos os partidos deste tipo são hoje partidos burgueses; mesmo que tenham nascido nas lutas proletárias, como partidos proletários, sua progressiva adaptação aos imperativos políticos e morais da disputa pelo poder no Estado e na sociedade capitalista terminaram por fazer deles partidos burgueses.

Na medida em que todos os partidos dependem do financiamento e do apoio das grandes empresas e dos grupos sociais organizados para que se tornem partidos competitivos na ordem eleitoral burguesa, o resultado é que todos eles passam a representar exclusivamente os interesses particulares dos bancos, empresas e grupos organizados que os financiam e lhes conferem o suporte necessário para que cheguem ao poder e nele se mantenham. Se nas ditaduras a força é o elemento decisivo e imprescindível para a conquista e a manutenção do poder, na democracia burguesa o dinheiro – e a corrupção que o acompanha – se tornam o elemento indispensável que define os próprios termos em que se dá a luta pelo poder. A política se torna assim um balcão de negócios, em que a

corrupção mais ou menos generalizada e institucionalizada se torna a única moeda de troca que de fato circula na política burguesa. Não é de se admirar que a estrutura carcomida da política burguesa provoque hoje um rechaço generalizado, que se expressa no crescimento consistente da abstenção eleitoral e do número de votos nulos ou em branco, que hoje põe a nu o profundo desgaste histórico das instituições da democracia burguesa.

Por todas estas razões, generaliza-se a percepção de que o mundo não pode ser transformado por dentro dos poderes constituídos, embora ainda não tenham se desenvolvido alternativas estratégicas capazes de organizar a insatisfação generalizada na forma da disputa por um projeto alternativo de sociedade. Ora, se o mundo não pode ser transformado por meio das instituições existentes, se a defesa dos direitos da classe trabalhadora não pode mais ser feita de forma verdadeiramente eficaz por meio de estratégias parlamentares e institucionais, os partidos do proletariado no século XXI não podem mais ser partidos institucionais, parlamentares e eleitorais, desenhados para a disputa do Estado burguês e, como demonstra fartamente a experiência histórica, destinados a serem fagocitados, cedo ou tarde, pelas próprias determinações estruturais da política burguesa. Se de fato queremos mudar o mundo, se Marx tinha razão quando afirmava que o mundo só poderia ser transformado pela atividade revolucionária do proletariado, não há mais como insistir na construção de amplos partidos parlamentares da classe trabalhadora, que abriguem tanto os reformistas como os revolucionários. Mesmo que estes partidos possam se designar como anticapitalistas, enquanto buscarem canalizar para as eleições a insatisfação da população, enquanto seu objetivo estratégico continuar a ser definido pela lógica da ocupação de espaços institucionais de poder no Estado e na sociedade burguesa, seu caráter anticapitalista não poderá ser mais do que uma marca a ser explorada para fins de propaganda eleitoral, desenhada para capitalizar a indignação de uma juventude cada vez mais disposta a lutar por seus direitos.

Mais do que isso, na medida em que a disputa pelo poder se situa cada vez mais na esfera internacional, a construção de partidos do proletariado que sejam apenas nacionais não poderá jamais cumprir o papel de organizar a classe trabalhadora em escala verdadeiramente internacional. Enquanto o proletariado não for capaz de construir organizações internacionais e internacionalistas, enquanto suas

organizações permanecerem prisioneiras dos Estados nacionais e das instituições da democracia burguesa, não será possível reunir as condições necessárias para a defesa dos direitos do proletariado, e muito menos coloca-lo novamente em condições de desafiar a ordem global de dominação do capital.

Os Movimentos Sociais e Populares

Com a crise dos partidos e dos sindicatos, os movimentos sociais surgidos desde os anos 1960 (movimento feminista, movimento negro, movimento gay, movimento ecológico, movimentos de luta pela terra no campo, de luta pela moradia nas cidades, movimentos indígenas, entre outros), passaram a chamar a atenção dos que, desiludidos com os destinos da revolução e da luta pelo poder, buscavam encontrar nos novos movimentos sociais e nas questões que eles tiveram o mérito de levantar, até então secundarizadas pela esquerda, boas razões para redefinir a forma e o conteúdo de seu engajamento político e reanimar suas esperanças de transformar a realidade.

Deixando de lado as particularidades que de fato pertencem a cada um destes movimentos, em todos eles o que se trava são lutas por direitos, por inclusão, por reconhecimento, por igualdade substantiva e pelo fim das discriminações, violências e opressões historicamente sofridas pelos setores mais vulneráveis da sociedade de classes. Em todos estes casos, não se trata nem da luta classista, econômica e sindical contra a exploração capitalista, nem da luta pelo poder do Estado, nem da luta política pela transformação revolucionária da sociedade. Dentre estes movimentos, há muitas diferenças quanto a sua composição de classe: alguns são policlassistas, como o movimento de mulheres, o movimento LGBTTT ou o movimento ambientalista, e tem sua base social majoritariamente composta pela juventude urbana das classes médias; outros são camponeses e sua luta pela terra, pela reforma agrária ou pela defesa da pequena agricultura familiar diante do agronegócio capitalista tem sua base social nos pequenos agricultores empobrecidos e endividados, nos camponeses expropriados e nos trabalhadores rurais sem terra; outros são compostos pelos estratos mais empobrecidos, explorados e marginalizados do proletariado, como no caso da luta pela moradia. Eles expressam, na diversidade de sua composição de

classe, o processo de estratificação social do proletariado, do campesinato e das classes subalternas.

Ao se concentrarem não nas questões de classe, mas nas diversas formas de opressão, discriminação e exclusão que se manifestam na sociedade burguesa, eles tiveram o mérito de evidenciar a multiplicidade dos tipos de opressão que se desenvolvem na sociedade capitalista, patriarcal, sexista e racista, que ameaça com suas práticas predatórias o meio-ambiente global, expropria os camponeses e destrói seus modos de vida tradicionais, impulsiona o genocídio dos povos originários e o desmatamento das matas virgens, etc. Mais do que isso, conseguiram colocar na agenda do debate público toda uma série de questões que até então haviam sido claramente marginalizadas pela esquerda, pelos intelectuais e pela academia; fizeram recuar, ou mesmo criminalizar nos termos da lei, padrões de valores e comportamentos extremamente opressores; e em muitos casos organizaram e colocaram em movimento os estratos mais pauperizados, explorados e oprimidos da sociedade na luta por seus direitos. Não é aqui o espaço para desenvolver considerações pertinentes ao modo de ser das várias formas de opressão historicamente existentes, ou ao modo como o discurso construído por cada um destes movimentos contribuiu decisivamente para dar voz aos oprimidos e oferecer um quadro bem mais completo das variadas formas de opressão e exploração que se desenvolvem milenarmente na sociedade de classes, ou ao modo como cada uma destas formas de opressão se relaciona concretamente com a dinâmica global da exploração capitalista. Como nos outros casos, o que aqui importa é tecer as necessárias considerações sobre os limites estruturais de todos estes movimentos.

Estamos aqui diante de movimentos de questão única, cujos limites estruturais estão dados já pelo simples fato de serem movimentos de questão única. Eles existem para resolver problemas concretos que estão colocados pela realidade; não são instrumentos concebidos para a luta direta pelo poder nem para a transformação revolucionária da sociedade. Neste sentido, mesmo que possam afirmar apaixonadamente a necessidade de transformar o mundo, seu objetivo estratégico, os meios utilizados para atingi-lo, o alcance e sentido de suas ações são sempre definidos por seus próprios fins concretos e imediatos e pela base social que eles são capazes de mobilizar em torno deles: deter a devastação ambiental em curso,

combater o racismo, o machismo e a homofobia, conquistar o direito à terra e à moradia, etc. Estamos aqui diante de movimentos que lutam por direitos e políticas públicas capazes de fazerem valer esses direitos. Por isso, suas reivindicações são sempre parciais e, neste sentido, mais ou menos passíveis de serem ao menos parcialmente contempladas pela ação do Estado. Neste contexto, o Estado, os partidos políticos e as instituições da democracia burguesa, muitas vezes buscam integrar a seu modo, sempre que possível, as demandas parciais que lhes são colocadas pelos movimentos, ao menos na medida em que elas não se choquem diretamente com os poderosos interesses estabelecidos. Tudo isso nos permite concluir, autorizados pela experiência concreta de mais de quatro décadas, que os movimentos que lutam por direitos junto ao Estado, pela natureza de suas próprias demandas parciais, costumam ser, mais cedo ou mais tarde, atrelados aos governos e partidos – e em alguns casos, como no movimento ambiental e suas ONGs, às empresas que os apoiam e financiam. O que de fato produz este atrelamento não é necessariamente uma decisão política consciente e voluntária dos movimentos, mas o resultado combinado do conjunto de pressões sociais e determinações estruturais a que está submetida a dinâmica de sua atuação política na sociedade burguesa. O próprio fato de que o atendimento de sua pauta de reivindicações dependa do Estado e de suas instituições, o próprio fato de que parte de suas demandas e reivindicações parciais possam ser redimensionadas, absorvidas e integradas pela ordem socialmente existente expressam por si sós a dinâmica do processo de integração passiva e subalterna dos movimentos ao Estado e à sociedade burguesa. Esta integração se materializa na medida mesma em que o processo de burocratização dos movimentos sociais dá-se pela via de sua dependência econômica de verbas públicas ou privadas, que liquida a sua independência política e confina sua atuação aos limites mais ou menos estreitos que lhes são conferidos pelos imperativos de sua sobrevivência na sociedade burguesa.

VII. A nova etapa histórica e os desafios históricos da classe trabalhadora

A primeira grande onda mundial de mobilizações de massa após a etapa histórica reacionária que se seguiu ao fechamento da situação revolucionária mundial dos anos 1960-70 e à restauração do capitalismo nos anos 1980 se dá em condições distintas e tem características bastante diversas das situações revolucionárias que se sucederam no século XX. Ao longo do texto pontuamos em diversos momentos estas diferenças; trata-se agora de resumi-las de forma sistemática, concentrando-se naquelas que nos parecem ser as mais relevantes:

a) nos séculos XIX e XX, o sistema imperialista do capital se achava ainda em expansão; a transição histórica das diversas formações sociais pré-capitalistas à condição de sociedades capitalistas, que caracterizou a época das revoluções burguesas, não havia chegado ao fim; a dinâmica das revoluções nacionais no contexto do processo histórico de formação dos Estados e das nações modernas não havia se esgotado; a era das revoluções anticoloniais e anti-imperialistas, das revoluções nacionais e das revoluções burguesas, que muitas vezes se transformaram em revoluções camponesas e proletárias que chegaram a expropriar a burguesia e reivindicar a construção do socialismo ainda não havia sido bloqueada pela restauração do capitalismo; impulsionada pelas sucessivas revoluções que se alastravam pelo mundo, a conquista de direitos e reformas sociais e democráticas pela classe trabalhadora ainda não havia sido bloqueada pela relação de forças resultante dos impactos devastadores da restauração do capitalismo e da integração das organizações reformistas à ordem burguesa; as revoluções vitoriosas ainda encontravam na ex-URSS e no bloco dos países a ela alinhados um ponto de apoio diante das pressões do imperialismo e podiam então se nutrir da perspectiva real de construção de uma sociedade socialista; a experiência histórica de construção de uma sociedade socialista em países atrasados do ponto de vista do desenvolvimento de suas forças produtivas, num mundo marcado pela expansão imperialista do capital, ainda não havia demonstrado a imensidão das tarefas, obstáculos e desafios históricos que a construção do socialismo coloca diante da humanidade; a era das revoluções, até meados do século XX, ainda não tinha de se

confrontar com o poder de destruição das armas nucleares e dos armamentos e dispositivos tecnológicos fabricados pela indústria bélica e pela indústria das tecnologias da informação – e muito menos com o fato concreto de que, desde a restauração do capitalismo, a concentração destas poderosas armas exclusivamente nas mãos dos grandes países imperialistas recolocou em novos termos os limites, tarefas e desafios que terão de enfrentar as revoluções no século XXI;

b) a própria estrutura de classes da sociedade capitalista ainda não havia sido modificada pelas consequências do desenvolvimento científico e tecnológico. A centralidade do trabalho intelectual e imaterial nos processos produtivos e reprodutivos, o crescimento do peso social dos trabalhadores intelectuais e o aumento dos seus padrões de consumo ainda não havia se desenvolvido como um poderoso fator de estratificação da classe trabalhadora, que se torna cada vez mais heterogênea e diversificada numa época em que o peso numérico do proletariado industrial e do campesinato na composição de classes da sociedade diminuiu consideravelmente. O explosivo aumento do desemprego e dos vastos contingentes populacionais que integram hoje o exército industrial de reserva em todo o mundo levou ao crescimento de uma superpopulação relativa que já não pode mais ser empregada produtivamente pelo capital e que se tornou, em nossa época, um fator estruturalmente decisivo para o rebaixamento do preço da força de trabalho e a precarização cada vez maior das condições de vida da imensa maioria da população mundial. O crescimento dos padrões de consumo de parte da classe trabalhadora e o adensamento das classes médias ainda não haviam feito dos estratos superiores do proletariado uma ampla base de apoio para a democracia burguesa. A cultura midiática do consumo, do espetáculo e do entretenimento ainda não havia se desenvolvido plenamente e a hegemonia ideológica que a burguesia exerce sobre o conjunto da sociedade ainda não contava com os poderosos meios de que dispõe hoje;

c) durante grande parte do século XX o marxismo funcionou como ponto de apoio prático e teórico para a classe trabalhadora na luta de classes, tanto para as correntes reformistas como para as correntes centristas ou revolucionárias. A crise do marxismo se estabelece de fato quando ele deixa de desempenhar este papel. Até aqui não temos

substitutos à altura. A insatisfação generalizada com “tudo o que aí está” ainda carece de um método, de uma teoria, de uma estratégia política e da força material e organizada de um sujeito social. Neste vácuo político, teórico e estratégico, as organizações historicamente existentes não têm se mostrado capazes de dirigir e impulsionar um processo histórico de lutas mundializadas e unificadas contra a ditadura global do capital.

O resultado combinado de todos estes processos alterou drasticamente a relação de forças entre as classes, os termos em que se exerce a dominação global do capital, a estrutura de classes da sociedade, a composição social do proletariado, o terreno em que se trava a luta de classes e as condições em que se coloca o desafio histórico de ir além do capital. Neste quadro, é preciso ir além das caracterizações gerais ou de uma visão puramente acadêmica da luta de classes para colocar o problema em sua dimensão estratégica, do ponto de vista dos que sentem na própria carne a necessidade concreta de defender as condições comuns de sua existência sem encontrar os meios práticos e teóricos adequados para isso. Neste quadro, é preciso ir além dos exercícios teóricos em torno da refutação ou da defesa do marxismo para fazer de sua necessária atualização um firme ponto de apoio para as lutas da classe trabalhadora no século XXI, capaz de responder aos imensos desafios que se colocam hoje num momento histórico em que a retomada das grandes mobilizações de massa carece ainda de uma compreensão de suas tarefas concretas. O que se segue, para concluir este ensaio, são algumas observações preliminares sobre as tarefas centrais que se colocam para a classe trabalhadora na nova etapa histórica que se inicia.

a) nenhuma das organizações existentes tem condições de dirigir e unificar as lutas que explodem por toda parte. Diante disso, coloca-se a necessidade de construir grandes organismos de massa que reúnam as diferentes organizações da classe trabalhadora em torno de uma plataforma comum, elaborada num Congresso convocado para este fim, no momento oportuno, pelo mais amplo espectro de organizações independentes. Um Congresso como este teria de ir muito além das efêmeras, confusas e improvisadas assembleias populares, que no Brasil foram esmagadas pela disputa fratricida entre as próprias correntes políticas e entre as correntes e todos os que não queriam saber de correntes ou partidos; seu objetivo não pode ser a formação

de consensos, mas a elaboração democrática de uma plataforma comum e a eleição de direções políticas encarregadas de levar adiante as lutas na perspectiva de sua unificação. Não se trata de criar novos partidos ou centrais sindicais, não se trata de construir ações mediadoras que desaguem na vala comum das instituições da sociedade burguesa, mas de criar as condições para organizar as massas em torno da necessidade de criar uma força extraparlamentar de massas, democraticamente centralizada pelas assembleias e congressos, capaz de reunir e colocar sob sua direção todos os estratos em que se divide a classe trabalhadora.

b) não se quer dizer com isso que os partidos políticos devam deixar de existir. Deixando de lado divisões que possam ser consideradas circunstanciais, os diversos partidos historicamente existentes na classe trabalhadora refletem as diferentes concepções existentes quanto aos meios e fins que devem definir a atividade política do proletariado e do conjunto das classes subalternas. Não há como a classe trabalhadora ser representada por um único partido. Reformistas, centristas e revolucionários expressam posições divergentes e devem ter o direito de se organizar politicamente. Por outro lado, é preciso que os partidos e suas rivalidades históricas não terminem inviabilizando a necessária construção dos organismos de massa que devem dirigir a ação unitária de todas as forças sociais e políticas da classe trabalhadora que sejam de fato independentes dos governos e da patronal. Daí a necessidade de fazer da mais ampla democracia operária o método do movimento de massas, o que exige que se desenvolva uma cultura de respeito e tolerância com as diferenças existentes, uma moral baseada na igualdade substantiva e o compromisso político de todas as partes envolvidas em relação à mais absoluta democracia para tomar decisões e ao mais absoluto centralismo na hora de agir.

c) a classe trabalhadora deve ser preparada, a partir de seus organismos de massa democraticamente centralizados, para construir organismos de duplo poder nas fábricas e nas empresas, nos bairros, favelas e periferias, nas escolas e universidades, nas forças armadas e no serviço público, no campo e na cidade. São esses organismos que constituem a base a partir da qual se torna possível a tomada do poder, no Estado e em todos os espaços da sociedade, pela ação socialmente

auto-mediada dos “indivíduos livremente associados” (Marx); são eles que devem constituir a direção do processo revolucionário, do Estado e da própria sociedade.

d) por fim, a organização internacional e internacionalista dos trabalhadores é uma condição imposta pelo próprio terreno em que se trava a luta de classes no mundo do capital globalizado. Assim como a ação puramente parlamentar ou sindical não pode desaguar senão no pântano da burocratização, da corrupção e da integração passiva e subalterna das organizações da classe trabalhadora ao regime burguês, a ação política que se limita ao espaço nacional não tem hoje nenhuma chance de reunir as condições necessárias para enfrentar um sistema de poder internacional. Se a posição desigual dos diferentes países na divisão internacional do trabalho é uma limitação objetiva para o internacionalismo da classe trabalhadora, devemos ter claro que sem superar esta limitação nenhuma ação política da classe trabalhadora pode se tornar eficaz em nossa época. Quer se trate apenas de defender direitos ou de abrir caminhos para uma sociedade socialista, o internacionalismo, mais do que nunca, deve poder se tornar o princípio orientador da ação da classe trabalhadora no século XXI; sem ele, não será possível criar as condições objetivas e subjetivas para ir além do capital e de sua ditadura global sobre as condições de existência do gênero humano.

